

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO A AGOSTO 2026

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	37.671.087.608,45	35.609.992.938,44	35.636.253.031,85	-
<i>Divida Mobiliária</i>	-	-	-	-
<i>Divida Contratual</i>	6.376.191.797,54	6.515.134.686,13	7.168.350.929,85	-
Empréstimos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	6.243.128.293,29	6.386.707.790,20	7.045.160.356,15	-
Internos ^{1 e 15}	5.528.545.914,39	5.738.851.281,15	6.372.096.511,87	-
Externos ^{2 e 16}	714.582.378,90	647.856.509,05	673.063.844,28	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	133.063.504,25	128.426.895,93	123.190.573,70	-
De Tributos ³	42.748.164,59	41.759.952,16	40.676.225,95	-
De Contribuições Previdenciárias ⁴	34.774.078,94	34.175.246,17	33.507.430,03	-
De Demais Contribuições Sociais ⁵	55.541.260,72	52.491.697,60	49.006.917,72	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos⁶	31.294.895.810,91	29.094.858.252,31	28.467.902.102,00	-
<i>Outras Dívidas</i>	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	17.918.570.935,35	21.118.311.737,20	19.808.341.438,50	-
<i>Disponibilidade de Caixa</i>	17.622.782.541,49	21.075.300.749,96	19.765.330.451,26	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.866.560.770,79	24.575.155.236,52	23.401.260.319,67	-
(-) Restos a Pagar Processados ⁷	240.160.415,63	1.639.296.831,88	1.779.781.667,12	-
(-) Depósitos Restituitivos e Valores Vinculados ⁸	2.003.617.813,67	1.860.557.654,68	1.856.148.201,29	-
Demais Haveres Financeiros ⁹	295.788.393,86	43.010.987,24	43.010.987,24	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA* (DCL) (III) = (I - II)	19.752.516.673,10	14.491.681.201,24	15.827.911.593,35	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	100.652.954.891,44	103.810.350.158,51	107.561.934.862,75	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	57.776.197,11	69.231.635,73	73.828.846,62	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	100.595.178.694,33	103.741.118.522,78	107.488.106.016,13	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	37,45%	34,33%	33,15%	
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	19,64%	13,97%	14,73%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	120.714.214.433,20	124.489.342.227,34	128.985.727.219,36	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	108.642.792.989,88	112.040.408.004,60	116.087.154.497,42	-

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ¹⁰	8.491.741.111,96	8.493.165.005,93	8.354.158.537,79	-
PASSIVO ATUARIAL ¹¹	177.181.888.985,79	177.181.888.985,79	177.181.888.985,79	-
RP NÃO-PROCESSADOS ¹²	6.558.319.612,27	541.341.931,46	120.442.247,36	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP ¹³	-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015 ¹⁴	9.487.343.789,71	9.604.748.741,81	9.862.672.451,01	-

Fonte: SOF (RREO - Demonstrativo do Resultado Nominal, RREO Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, RGF - Demonstrativos dos Restos a Pagar e Balancete Analítico - Grupo Contábil)

Notas Explicativas: Anexo 1

HENRY YOSHINOBU YOKOYAMA Diretor do Depto. de Dívidas Públicas	EMERSON ONOFRE PEREIRA Diretor do Depto. de Contadoria CRC 1SP 240.974/O-7	LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO Secretário Municipal da Fazenda	DANIEL GUSTAVO FALCÃO PIMENTEL DOS REIS Controlador Geral do Município	RICARDO NUNES Prefeito
--	---	--	--	----------------------------------

ANEXO 1 - Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL

1 - Registra o valor das obrigações decorrentes de Financiamentos junto a Instituições Financeiras CEF; SANTANDER; ITAÚ UNIBANCO; BNDES; e BANCO DO BRASIL: a) CEF - PNAFM Segunda Fase e PNAFM Segunda Fase/2ª Etapa (Leis Municipais 15.390/2011 e 15.687/2013) - Contratos 2248/OC-BR e 3390/OC-BR, Contrato do Programa Saneamento para todos - Drenagem (Lei Mun. 16.757/2017), Contrato do Programa de Redução da Emissão de Gases Poluentes Por Meio da Eletrificação da Frota de Ônibus - Ônibus Elétrico SF nº 01/23, Contrato do Programa Pode Entrar SF nº 02/24, Contrato do Programa Córrego e Contrato do Programa BRT Radial Leste Trecho I - Saldo de R\$ 1.339.948.474,20; b) SANTANDER - Contrato do Programa Casa da Família (Lei Mun. 16.757/2017) e Contrato do Programa Pode Entrar SANTANDER SF nº 04/24 - Saldo de R\$ 520.000.000,28; c) ITAÚ UNIBANCO - Contrato do Programa de Recapeamento - Asfalto Novo II (Lei Mun. 16.757/2017) e Contrato do Programa Pode Entrar ITAÚ SF nº 04/24 - Saldo de R\$ 584.285.714,45; d) BNDES - Contrato do Programa de Redução da Emissão de Gases Poluentes Por Meio da Eletrificação da Frota de Ônibus - Ônibus Elétrico SF nº 04/23 - Saldo de R\$ 2.400.084.544,92; e) BANCO DO BRASIL - Contrato do Programa de Redução da Emissão de Gases Poluentes Por Meio da Eletrificação da Frota de Ônibus - Ônibus Elétrico SF nº 02/23, Ônibus Elétrico SF nº 03/23, Ônibus Elétrico SF nº 01/24 e Contrato do Programa de Recapeamento SF nº 03/24 (Lei Mun. 17.254/19 e respectivas alterações) - Saldo de R\$ 1.527.777.778,02;

2 - Registra o valor das obrigações decorrentes de Financiamentos Externos junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e junto ao BIRD - Banco Mundial referentes aos seguintes contratos: a) BID: 1479/OC-BR - BID IV (Lei Mun. 13.495/2003); 4641/OC-BR - BID V (Lei Mun. 16.757/2017); 5873/OC-BR - BID Educação Paulista Pode Mais; 5984/OC-BR - BID Avanço Saúde II; 5989/OC-BR - BID Ônibus Elétrico - Saldo de R\$ 597.238.831,97; e b) BIRD: 9081-BR - BIRD Corredor Aricanduva; 9821-BR - BIRD Ônibus Elétrico - Saldo de R\$ 75.825.012,31;

3 - Registra o valor das obrigações da PMSP decorrentes do Parcelamento e Renegociação de Dívida da Contribuição do PASEP junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, no âmbito da Lei Federal 12.810/2013 - saldo R\$ 40.676.225,95, que está reclassificada para "Parcelamento de Tributos (PASEP)" em atendimento a determinação do TCM;

4 - Registra o valor das obrigações decorrentes de Parcelamento e Renegociação de Dívidas de Contribuições Previdenciárias INSS junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, no âmbito das seguintes normas: a) Parcelamento INSS da PMSP com a SRF (Lei Federal 13.485/2017) saldo de R\$ 33.507.430,03. O Município de São Paulo aderiu ao Programa de Regularização de Débitos e Parcelamentos dos Municípios (PEM 2025), instituído pela Emenda Constitucional nº 136/2025 e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 2.283/2025 e pela Portaria PGFN/MF nº 2.212/2025, cujo prazo para adesão encerrou-se em 31 de agosto de 2026. A proposta contempla a migração do parcelamento previdenciário atualmente vigente (PREM), instituído pela Lei nº 13.485/2017, para as condições estabelecidas pelo PEM 2025, bem como a inclusão de débitos adicionais indicados pela Procuradoria Geral do Município, observada a estratégia de adesão segregada conforme a natureza de cada crédito. As adesões foram formalizadas nos Processos RFB nº 13031.388326/2026-80 e nº 12154.759373/2026-63. O acompanhamento da adesão do Município de São Paulo ao PEM 2025 no âmbito municipal é realizado por meio do processo SEI nº 6011.2026/0001038-0.

5 - Registra o valor das obrigações da COHAB e FMH decorrente do Parcelamento de Tributos Federais, no âmbito da Lei Federal 10.522/2002 - saldo de R\$ 49.006.917,72;

6 - Registra os valores das obrigações decorrentes Precatórios de Pessoal e contas pagar dos Regimes Especial e Ordinário da Administração Direta e Indireta (exceto o IPREM), "Posteriores a 05/05/2000", vencidos e não pagos, conforme segue: a) da Administração Direta PGM/PMSP - R\$ 29.484.544.256,40; b) da Administração Indireta, empresa pública São Paulo Urbanismo - SPURB - R\$ 291.856,87; c) da Administração Indireta, empresa pública Fundação Theatro Municipal de São Paulo - FTMSP - R\$ 452.097,68. Do valor da somatória dos precatórios de R\$ 29.485.288.210,95 foi deduzido o valor do saldo da "CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS repassados ao TJSP" de R\$ 1.017.386.108,95, sendo considerado o valor líquido de R\$ 28.467.902.102,00. Os valores, inclusive o da PGM/PMSP, foram informados com base nos registros contábeis dos respectivos Balançetes Analíticos;

7 - No valor dos Restos a Pagar Processados do item Deduções (R\$ 1.779.781.667,12) não foram incluídos os valores referentes ao FUNFIN e FUNPREV visto que as dívidas e os haveres do RPPS não integram o cálculo da DCL (MDF15ª edição, pág. 561);

8 - Na linha "(-) Depósitos Restituitivos e Valores Vinculados" (R\$ 1.856.148.201,29) metodologia adotada no MDF - 15ª ed., válido a partir do exercício de 2026, e por orientação do TCM via Ofício SSG-GAB nº 15293/2022 (Processo SEI 6017.2022-0040675-0).

9 - Na linha "Demais Haveres Financeiros", no valor total de R\$ 43.010.987,24.

10 - O valor de R\$ 8.354.158.537,79 refere-se aos Precatórios Posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos, da Administração Direta e Indireta. Ao final do exercício em que esses precatórios serão incluídos ou que deverão ser incluídos passando a compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos";

11 - O valor de R\$ 177.181.888.985,79 refere-se às Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo "PASSIVO ATUARIAL" contabilizados no PMSP, valor de R\$ 109.895.923.029,45, e no FUNPREV, valor de R\$ 67.285.965.956,34;

12 - O valor de R\$ 120.442.247,36 refere-se aos "RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS" da Administração Direta e Indireta;

13 - Não há registro de "Passivo de Dívida Contratual de PPP", até o quadrimestre;

14 - O valor de R\$ 9.862.672.451,01 refere-se ao "Passivo de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais" apropriados, (70%) das lides das quais o Município faz parte, decorrente do disposto na Lei Complementar nº 151 de 2015 e Emenda Constitucional 99/2017;

15 - No período de janeiro a agosto/2026 houve ingressos de recursos no âmbito das Operações de Crédito Interna: a) R\$ 286.993.343,22 em fevereiro/2026, R\$ 144.678.946,72 em abril/2026, R\$ 303.092.068,12 em maio/2026 e R\$555.049.440,14 em julho/2026 referentes a Operação de Crédito do Ônibus Elétrico SF nº 04/23 do BNDES; b) R\$5.567.832,22 em abril/2026, R\$ 8.402.415,79 em junho/2026 e R\$4.488.703,05 em julho/2026 referentes ao contrato da Caixa Econômica Federal (CEF) do Programa Saneamento para todos (Drenagem) - Lei 16.757/2017.

16 - No período de janeiro a agosto/2026 houve ingressos de recursos no âmbito das Operações de Crédito Externa: a) US\$ 3.500.000,00 em maio/2026, equivalente a R\$ 17.676.750,00 com a taxa de internalização do Dólar de R\$ 5,0505 referente a Operação de Crédito Externo com o Banco Mundial - BIRD do Programa de Melhoria e Mobilidade Urbana - Corredor Aricanduva.

17 - Conforme MDF, 15ª edição, os valores referentes aos itens "DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)" e "DEDUÇÕES (II)" do RPPS (Instituto de Previdência Municipal - IPREM), não foram considerados no cálculo da Dívida Consolidada. Os valores das Dívidas do IPREM/FUNFIN/FUNPREV não incluídas no Demonstrativo são: a) R\$ 65.549.299,35 referente aos Parcelamentos De Tributos - PASEP; e b) 559.278.040,50 referentes a Precatórios Posteriores a 05/05/2000 - Vencidos e não pagos.

18 - Na Consolidação estão agregados os dados do Poder Executivo e Legislativo: PMSP/PGM, CMSP/FCMSP, TCMSPF/FETCMSP, COHAB/FMH, FMLU, IPREM, FUNFIN, FUNPREV, HSPM, FTM, FUNDATEC, SPREGULA, SPCINE e SPURBANISMO.